



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

TARDE

AUDITOR FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE - ÁREA CONTABILIDADE PÚBLICA E FINANÇAS

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E ESPECIALIZADOS – NÍVEL SUPERIOR
TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **15 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- Transcreva a frase abaixo para o espaço reservado na folha de respostas das questões objetivas, utilizando sua caligrafia usual

Muito ajuda quem não atrapalha.

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

1

O Estado Alfa editou a Lei nº XX, estabelecendo os requisitos a serem preenchidos para que seja deferido o requerimento de inscrição no cadastro de produtor rural, obrigatório para aquelas pessoas que desenvolvem atividade econômica primária agrícola, pecuária e similares. Entre esses requisitos, foi estabelecida a exigência de apresentação de certidão negativa de débitos fiscais com o Estado Alfa.

João, que possui débitos fiscais com o Estado Alfa, mas almeja exercer a referida atividade, consultou um advogado a respeito da constitucionalidade da exigência, sendo-lhe respondido, corretamente, que ela é:

- (A) inconstitucional, pois afronta a unidade da federação restringir a certidão negativa apenas aos débitos mantidos com o Estado Alfa, o que termina por estimular os débitos com os demais;
- (B) inconstitucional, pois afronta a livre iniciativa obstar o exercício da atividade econômica pelos que tenham débitos tributários, caracterizando espécie de sanção política;
- (C) constitucional, pois a livre iniciativa não está desconectada do interesse coletivo, não sendo possível o seu exercício descompromissado com o dever de pagar tributos;
- (D) constitucional, pois a inexistência de débitos tributários indica a higidez financeira que dá sustentação à atividade econômica e assegura o cumprimento de obrigações;
- (E) constitucional, já que livre iniciativa não se identifica com iniciativa desregulada, sendo dever do Estado Alfa estabelecer os requisitos que entenda adequados.

2

Maria, juíza federal, pela quinta vez alternada, faz parte da lista tríplice para promoção por merecimento a um dado Tribunal Regional Federal.

Ao receber a lista, o presidente da República consultou sua assessoria a respeito de uma possível preferência de Maria em relação aos dois outros integrantes da lista, sendo-lhe corretamente informado que:

- (A) não há preferência no caso descrito, pois Maria figurou cinco vezes, de modo alternado, na lista para promoção por merecimento;
- (B) Maria deve ser obrigatoriamente promovida, por ter figurado cinco vezes alternadas na lista para promoção por merecimento;
- (C) há preferência, mas o chefe do Poder Executivo pode deixar de promover Maria mediante ato devidamente fundamentado;
- (D) não há preferência, na situação narrada, na promoção de instância, pois só há preferência na promoção para uma entrância superior;
- (E) não há preferência, pois a competência constitucional do chefe do Poder Executivo somente observa balizamentos nas situações expressamente indicadas.

3

A organização internacional de cooperação XX celebrou contrato com o Município Alfa. À míngua de previsão de qualquer foro de eleição, a organização internacional procurou um advogado brasileiro e o consultou sobre a possibilidade de ajuizar uma ação, em face do Município Alfa, perante o órgão competente do Poder Judiciário brasileiro, em razão do descumprimento de cláusula contratual por parte desse ente.

O advogado respondeu, corretamente, que eventual causa seria processada e julgada:

- (A) por juiz federal, com recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça;
- (B) por juiz federal, com recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal;
- (C) por juiz federal, com recurso de apelação para o respectivo Tribunal Regional Federal;
- (D) pelo Superior Tribunal de Justiça, com recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal;
- (E) pelo Supremo Tribunal Federal, somente sendo cabíveis recursos endereçados ao próprio Tribunal.

4

Alguns partidos políticos com representantes no Senado Federal fizeram um acordo, com o objetivo de tornar viável a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), visando a apurar uma série de atos praticados no âmbito de uma autarquia federal, relacionados à contratação de determinada sociedade empresária sem a prévia realização de processo licitatório. A partir desse acordo, foram colhidas 27 assinaturas de senadores, foi indicado o período de funcionamento da CPI e encaminhado o requerimento de instauração ao órgão diretivo competente.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que:

- (A) a instauração da CPI depende do juízo de valor do órgão diretivo competente, que irá avaliar a sua conveniência para o regular desenvolvimento das atividades da Casa Legislativa;
- (B) o requerimento de instauração tem a natureza de comunicação, de modo que a CPI já está instaurada apenas com a colheita das assinaturas necessárias para tanto;
- (C) a instauração da CPI depende de autorização da maioria simples dos membros da Casa Legislativa, cuja eficácia não pode ser obstada por qualquer órgão diretivo;
- (D) a CPI deve ser instaurada, enquanto direito da minoria, o que não pode ser obstado pela vontade da maioria parlamentar ou de órgão diretivo da Casa Legislativa;
- (E) a CPI não pode ser instaurada, já que o requerimento carece do número mínimo de assinaturas e não indica fato certo e determinado a ser apurado.

5

O órgão competente da União expediu o ato de concessão da aposentadoria voluntária de João, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo.

Logo depois, o ato foi submetido a registro perante o Tribunal de Contas da União, sendo certo que esse órgão:

- (A) não está sujeito a limites temporais para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria de João;
- (B) está sujeito ao prazo de cinco anos para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria de João, que se inicia a contar da sua publicação;
- (C) está sujeito ao prazo de cinco anos para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria de João, que se inicia a contar da comunicação ao Tribunal de Contas;
- (D) não está sujeito a limites temporais para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria de João, mas, ultrapassados cinco anos, devem ser assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- (E) não está sujeito a limites temporais para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria de João, mas, se da análise puder resultar alteração do ato inicial, devem ser assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6

Com o objetivo de amenizar a grave crise financeira que assolava o Município Alfa, um grupo de vereadores apresentou projeto de lei instituindo um imposto que a Constituição da República de 1988 outorgou aos Municípios, mas que, até aquele momento, não fora instituído. O projeto, que contava com forte oposição popular, veio a ser vetado pelo prefeito municipal sob o argumento de ser inconstitucional, sendo o veto rejeitado pela maioria absoluta dos membros da Casa Legislativa.

Desse processo legislativo, resultou a Lei municipal nº XX, que é:

- (A) inconstitucional, considerando o quórum observado na Casa Legislativa para a rejeição do veto;
- (B) inconstitucional, por afronta à iniciativa legislativa privativa do chefe do Poder Executivo em matéria tributária;
- (C) inconstitucional, por afronta à iniciativa legislativa privativa do chefe do Poder Executivo, em relação à receita e à despesa pública;
- (D) constitucional, considerando que a narrativa não apresenta qualquer incompatibilidade com a Constituição da República de 1988;
- (E) constitucional, considerando que, em relação aos Municípios, a simetria permanece adstrita aos balizamentos oferecidos pela Constituição Estadual.

7

Após o terceiro ano consecutivo sem a edição de lei disposta sobre a revisão geral anual referida na ordem constitucional, a Associação ZZ, que congrega servidores do Poder Judiciário do Estado Alfa, consultou sua assessoria a respeito da autoridade ou órgão que detém o poder de iniciativa legislativa e quais são as consequências dessa omissão.

O advogado respondeu, corretamente, que o poder de iniciativa é do:

- (A) governador do Estado, e a não apresentação do projeto gera direito subjetivo a indenização;
- (B) Tribunal de Justiça, e a não apresentação do projeto gera direito subjetivo a indenização;
- (C) governador do Estado, e a não apresentação do projeto não gera direito subjetivo a indenização, mas devem ser declinadas as razões pelas quais não propôs a revisão;
- (D) Tribunal de Justiça, sendo que a apresentação do projeto é ato essencialmente discricionário, de natureza política, que não carece de fundamentação e é insuscetível de controle;
- (E) governador do Estado, sendo que a apresentação do projeto é ato essencialmente discricionário, de natureza política, que não carece de fundamentação e é insuscetível de controle.

8

Após ampla investigação da Procuradoria-Geral da República, concluiu-se que o governador do Estado Alfa praticara infração penal, consistente no desvio de recursos oriundos da União, em razão da celebração de convênio, cuja persecução penal deveria ser iniciada mediante ação penal pública incondicionada.

Nesse caso, o foro competente para o processo e julgamento dessa autoridade é o:

- (A) Superior Tribunal de Justiça, que deve solicitar autorização à respectiva Assembleia Legislativa, ainda que a Constituição Estadual não o exija, por se tratar de norma de reprodução obrigatória, sendo o governador automaticamente afastado caso a denúncia seja recebida;
- (B) Superior Tribunal de Justiça, que não depende de autorização da Assembleia Legislativa, pois a Constituição Estadual não pode exigi-lo, e, com o recebimento da denúncia, o afastamento do chefe do Poder Executivo não é automático;
- (C) Superior Tribunal de Justiça, que deve solicitar autorização à respectiva Assembleia Legislativa, caso a Constituição Estadual o exija, sendo que o governador somente será afastado se a denúncia for recebida e o Tribunal assim deliberar;
- (D) Tribunal Regional Federal, que não depende de autorização da Assembleia Legislativa, pois a Constituição Estadual não pode exigi-lo, e, com o recebimento da denúncia, o afastamento do chefe do Poder Executivo não é automático;
- (E) Supremo Tribunal Federal, que deve solicitar autorização à respectiva Assembleia Legislativa, caso a Constituição Estadual o exija, sendo o governador automaticamente afastado caso a denúncia seja recebida.

9

Maria foi convocada, pelo poder público, para desempenhar determinada atividade de interesse coletivo prevista em lei, uma única vez, em determinado dia da semana. De posse do instrumento de convocação, compareceu à repartição e comunicou que não iria participar da referida atividade, que considerava injustificável à luz da razão humana, afrontando, com isso, a filosofia racionalista da qual era prosélita.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que Maria agiu de maneira:

- (A) lícita, mas deve cumprir prestação alternativa prevista em lei, sob pena de ter os direitos políticos suspensos em caso de recusa;
- (B) lícita, mas somente se a lei prever uma prestação alternativa passível de ser cumprida, caso contrário, deve sofrer as sanções previstas em lei;
- (C) ilícita, pois a objeção de consciência deve estar lastreada em crença religiosa, não em convicção filosófica, estando sujeita às sanções cominadas em lei;
- (D) lícita, desde que a lei que instituiu a obrigação preveja expressamente a faculdade de não ser cumprida, daí decorrendo a incidência das sanções cominadas;
- (E) ilícita, pois a recusa em cumprir obrigação legal a todos imposta, em qualquer caso, afronta a isonomia, devendo ser privada de sua cidadania nas acepções ativa e passiva.

10

João, deputado federal, solicitou que sua assessoria analisasse quais são os órgãos competentes, de acordo com a ordem constitucional, para praticar dois atos:

1. a extinção total das consequências de determinados crimes;
2. o perdão da pena imposta aos condenados por certos crimes, que tenham cumprido parte dela e preencham os demais requisitos exigidos.

A assessoria respondeu, corretamente, que o ato 1 é de competência do:

- (A) Congresso Nacional, devendo ser veiculado em lei, o mesmo ocorrendo em relação ao ato 2, com a distinção de que este último deve ser previsto em lei de iniciativa privativa do presidente da República;
- (B) presidente da República, sendo veiculado em decreto, *ad referendum* do Congresso Nacional, enquanto o ato 2, embora também seja veiculado em decreto, não depende de aprovação do Poder Legislativo;
- (C) Congresso Nacional, devendo ser veiculado em lei, de iniciativa privativa do presidente da República, enquanto o ato 2 é de competência deste último agente, que o veiculará por meio de decreto;
- (D) presidente da República, devendo ser veiculado em decreto, *ad referendum* do Congresso Nacional, enquanto o ato 2 é de competência deste último órgão, sendo veiculado em decreto legislativo;
- (E) Congresso Nacional, devendo ser veiculado em lei, enquanto o ato 2 é de competência do presidente da República, que o veiculará por meio de decreto.

Direito Administrativo

11

Determinada organização não governamental (ONG), por ato de seu presidente, praticou dolosamente ato tipificado como de improbidade administrativa (mas não previsto na Lei Anticorrupção), quando da execução de convênio com recursos obtidos (subvenção) da União.

As ilegalidades foram constatadas pela Controladoria-Geral da União (CGU), que as noticiou ao Ministério Público Federal (MPF). As apurações, tanto da CGU como do MPF, não conseguiram evidenciar a participação de qualquer agente público responsável pelo repasse ou fiscalização da verba pública, mas tornaram inequívoco o dolo de João, presidente da ONG, que praticou e se beneficiou do ato ilícito.

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

- (A) não poderá ser ajuizada ação civil pública por ato de improbidade administrativa em face da ONG e de João, pois é imprescindível a concomitante presença de agente público no polo passivo da demanda;
- (B) não poderá ser ajuizada ação civil pública por ato de improbidade administrativa em face da ONG e de João, pois não houve prejuízo direto ao erário da União, e sim ao patrimônio da entidade privada;
- (C) não poderá ser ajuizada ação civil pública por ato de improbidade administrativa em face da ONG e de João, pois o ato ilícito praticado não está tipificado pela Lei Anticorrupção como ato lesivo à Administração Pública;
- (D) poderá ser ajuizada ação civil pública por ato de improbidade administrativa em face da ONG e de João, pois a Lei de Improbidade se aplica às entidades privadas que recebem subvenção da União, equiparando seus dirigentes à condição de agentes públicos;
- (E) poderá ser ajuizada ação civil pública por ato de improbidade administrativa em face da ONG e de João, pois, independentemente de haver subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício de entes públicos ou governamentais, as ONGs se submetem à Lei de Improbidade, por integrarem o chamado terceiro setor.

12

João, servidor público federal, recebeu, como parte de seus vencimentos no mês de fevereiro de 2022, pagamento indevido decorrente de erro administrativo. O valor recebido a maior não foi pago por interpretação errônea ou equivocada da lei pela Administração Pública Federal, mas se deu devido a erro de cálculo praticado por servidores do departamento de recursos humanos responsáveis pela folha de pagamento de pessoal.

No caso em análise, de acordo com a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, João:

- (A) não deverá proceder à devolução do valor recebido indevidamente, exceto se restar comprovado, em processo administrativo disciplinar, que João agiu dolosamente em conluio com os servidores responsáveis pelo pagamento;
- (B) não deverá proceder à devolução do valor recebido indevidamente, exceto se restar comprovada sua má-fé, ocasião em que o valor deverá ser restituído em parcelas mensais de até 10% do dano ao erário;
- (C) deverá proceder à devolução do valor recebido indevidamente, independentemente de sua boa-fé objetiva, diante dos princípios da indisponibilidade do erário público e da supremacia do interesse público;
- (D) deverá proceder à devolução do valor recebido indevidamente, independentemente de sua boa-fé objetiva, para evitar enriquecimento ilícito do servidor público, sob pena de responsabilidade administrativa e cível;
- (E) deverá proceder à devolução do valor recebido indevidamente, salvo se restar comprovada sua boa-fé objetiva, sobretudo com demonstração de que não lhe era possível constatar o pagamento indevido.

13

José foi aprovado e classificado em 11º lugar em concurso público para o cargo efetivo de analista de determinado ministério. O edital do concurso previa a existência de dez vagas e a União, dentro do prazo de validade do concurso, que findou em 05/01/2020, convocou e nomeou os dez primeiros colocados. Ocorre que Carlos, candidato classificado em 10º lugar, não obstante tenha sido nomeado em 04/01/2020, desistiu do cargo em 05/02/2020, tendo a Administração Pública Federal, em 25/02/2020, tornado sem efeito seu ato de nomeação, conforme publicação em diário oficial. José, entendendo possuir direito subjetivo à nomeação diante da desistência de Carlos, apresentou requerimento administrativo visando à sua imediata nomeação.

No caso em tela, consoante jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o pleito de José:

- (A) merece prosperar, porque a desistência de Carlos sem a respectiva convocação de José constitui preterição de forma arbitrária e imotivada pela Administração Pública;
- (B) merece prosperar, porque a desistência de Carlos sem a respectiva convocação de José constitui ofensa aos princípios da eficiência, boa-fé, moralidade, impessoalidade e proteção da confiança;
- (C) não merece prosperar, pois não convolou sua mera expectativa em direito subjetivo à nomeação, na medida em que a desistência de Carlos ocorreu após o término do prazo de validade do concurso;
- (D) não merece prosperar, pois não convolou sua mera expectativa em direito subjetivo à nomeação, na medida em que ocorreu a desistência de Carlos, independentemente de ter acontecido antes ou após o término do prazo de validade do concurso;
- (E) merece prosperar, porque a nomeação de Carlos e o posterior ato tornando-a sem efeito constitui manifestação inequívoca da Administração Pública acerca da existência de vagas e, sobretudo, da necessidade de chamamento de, pelo menos, mais um candidato.

14

O Superior Tribunal de Justiça ensina que, para ser considerado regular o processo administrativo, hão de ser asseguradas ao administrado as garantias inerentes ao devido processo legal, assim como a rigorosa observação do princípio da ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Ao disciplinar tal matéria, no âmbito do processo administrativo, o legislador ordinário positivou parâmetros precisos, consoante se vê na Lei do Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/1999). Assim, a notificação que não chega ao conhecimento do administrado intimado não cumpre, em linha de princípio, a sua função constitucionalmente prevista. A intimação por via postal é tida como meio idôneo se alcançar o fim a que se destina: dar, ao interessado, inequívoca ciência da decisão ou da efetivação de diligências.

Nesse contexto, em tema de notificação por edital no âmbito do processo administrativo federal, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, nas hipóteses em que a tentativa de entrega da notificação pelos Correios é frustrada, cabe à Administração buscar outro meio idôneo para provar, nos autos, a certeza da ciência do interessado:

- (A) sob pena de nulidade absoluta do processo administrativo, não sendo possível, em qualquer hipótese, a utilização de notificação por edital;
- (B) sob pena de nulidade relativa do processo administrativo, mediante demonstração do prejuízo no prazo de 120 dias, não sendo possível, em qualquer hipótese, a utilização de notificação por edital;
- (C) sob pena de nulidade relativa do processo administrativo, mediante demonstração do prejuízo no prazo de cinco anos, não sendo possível, em qualquer hipótese, a utilização de notificação por edital;
- (D) reservando-se a publicação oficial, nos termos da lei, tão somente às hipóteses de interessado indeterminado, interessado desconhecido ou interessado com domicílio indefinido;
- (E) reservando-se a publicação oficial, em analogia ao Código de Processo Civil, tão somente à hipótese de interessado em local inacessível, com esgotamento das tentativas de notificação real nos endereços constantes nos bancos de dados disponíveis.

15

A União, por meio de determinado ministério, pretende delegar, mediante lei, seu poder de polícia, inclusive para aplicação de multa, à sociedade de economia mista Alfa, de capital social majoritariamente público, que presta exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

Na hipótese narrada, em tese, de acordo com a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a pretensão da União é juridicamente:

- (A) viável, pois é constitucional a delegação narrada, inclusive no que toca à última fase do ciclo de polícia, qual seja, a sanção de polícia, à sociedade de economia mista Alfa, mesmo ostentando personalidade jurídica de direito privado;
- (B) viável, pois é constitucional a delegação narrada, em qualquer fase do ciclo de polícia, a qualquer entidade da Administração indireta, ainda que exploradora de atividade econômica e em regime concorrencial;
- (C) inviável, pois é inconstitucional a delegação narrada, em qualquer fase do ciclo de polícia, à entidade da Administração indireta que ostente personalidade jurídica de direito privado;
- (D) inviável, pois é inconstitucional a delegação narrada, em qualquer fase do ciclo de polícia, a qualquer entidade da Administração indireta, pois o atributo da coercibilidade inerente ao exercício do poder de polícia é próprio de órgão público da Administração direta;
- (E) inviável, pois é inconstitucional a delegação narrada, no que tange à primeira e à quarta fases do ciclo de polícia, quais sejam, a ordem e a sanção de polícia, a qualquer entidade da Administração indireta, ainda que prestadora de serviços públicos em regime não concorrencial.

16

Carlos, auditor federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União, no exercício da função, durante determinada auditoria, praticou ato ilícito que causou danos materiais à sociedade empresária Beta, sendo indiscutível a presença denexo causal e a ausência de qualquer causa excludente de responsabilidade. Com base no Art. 37, §6º, da Constituição da República de 1988, a sociedade empresária Beta ajuizou ação indenizatória em face da União e de Carlos.

Conforme atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o polo passivo da demanda foi:

- (A) corretamente indicado na inicial, diante da responsabilidade solidária objetiva entre a União e Carlos, sendo desnecessária a comprovação do dolo ou culpa do agente, pela teoria do risco administrativo;
- (B) corretamente indicado na inicial, diante da responsabilidade subsidiária objetiva entre a União e Carlos, sendo desnecessária a comprovação do dolo ou culpa do agente, pela teoria do risco administrativo;
- (C) corretamente indicado na inicial, mas a sociedade empresária Beta renunciou a seu direito de obter a indenização com base na responsabilidade civil objetiva e deverá comprovar o dolo ou a culpa de Carlos, isto é, aplicar-se-á a responsabilidade civil subjetiva para ambos os demandados;
- (D) incorretamente indicado na inicial, que deveria ter apenas a União ou a Controladoria-Geral da União como demandada, pois Carlos é parte ilegítima para figurar como réu na ação, pela teoria do risco administrativo, mas é assegurado o direito de regresso da União contra seu agente, desde que comprovado o dolo ou a culpa de Carlos;
- (E) incorretamente indicado na inicial, que deveria ter apenas a União como demandada, pois Carlos é parte ilegítima para figurar como réu na ação, pela teoria da dupla garantia, mas é assegurado o direito de regresso da União contra seu agente, com base em sua responsabilidade civil subjetiva, sendo necessária a comprovação do dolo ou culpa de Carlos.

17

Maria é servidora pública estável ocupante do cargo de auditora federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União e, em dezembro de 2021, seu marido José, juiz de direito do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, faleceu. Maria já adotou as medidas administrativas cabíveis para receber a pensão por morte de seu falecido marido.

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o teto constitucional de remuneração de servidores públicos previsto no Art. 37, XI, da Constituição da República de 1988 incide:

- (A) sobre o somatório da remuneração de Maria pelo seu cargo efetivo e a pensão por morte a que a servidora tem direito;
- (B) individualmente sobre cada remuneração, a saber, os vencimentos de Maria pelo seu cargo efetivo e a pensão por morte a que a servidora tem direito;
- (C) sobre a remuneração de Maria pelo seu cargo efetivo, mas a pensão por morte a que a servidora tem direito respeitará o teto do regime geral de previdência social;
- (D) sobre a remuneração de Maria pelo seu cargo efetivo, mas a pensão por morte a que a servidora tem direito respeitará 90,25% do teto constitucional, por se tratar de servidor falecido no âmbito estadual;
- (E) sobre a remuneração de Maria pelo seu cargo efetivo, mas a pensão por morte a que a servidora tem direito respeitará 90,25% do teto constitucional, independentemente de o servidor falecido ser estadual, distrital ou municipal.

18

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estabelece que o uso compartilhado de dados pessoais pelo poder público deve atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais elencados na lei.

Nesse contexto, de acordo com a Lei nº 13.709/2018, é vedado ao poder público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso, EXCETO:

- (A) na hipótese de o compartilhamento tutelar e resguardar direito da personalidade e integridade do titular dos dados, permitido o tratamento para outras finalidades;
- (B) quando houver previsão legal, salvo se a transferência for respaldada em contratos, convênios ou instrumentos congêneres;
- (C) nos casos em que os dados forem acessíveis publicamente e desde que o titular dos dados apresente documento formal, com firma reconhecida, de aquiescência com o compartilhamento;
- (D) nos casos de execução centralizada de atividade pública que recomende o compartilhamento de dados, desde que a entidade privada colabore, ainda que indiretamente, com a concretização da política pública;
- (E) na hipótese de a transferência dos dados objetivar exclusivamente a prevenção de fraudes e irregularidades, ou proteger e resguardar a segurança e a integridade do titular dos dados, desde que vedado o tratamento para outras finalidades.

19

Em tema de direito de acesso à informação, publicidade, transparência, *accountability* e controle social e democrático da Administração Pública, a Presidência da República editou o Decreto nº 8.777/2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.

De acordo com o mencionado decreto, a gestão da Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal será coordenada pela:

- (A) Controladoria-Geral da União, por meio da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos, que contará com mecanismo de governança multiparticipativa, transparente, colaborativa e democrática, com caráter gerencial e normativo, na forma de regulamento;
- (B) Presidência da República, por meio da Controladoria-Geral da União, que executará o Plano de Dados Abertos, de forma centralizada no âmbito da CGU, o qual deverá dispor sobre a criação e a manutenção de inventários e catálogos corporativos de dados;
- (C) Controladoria-Geral da União, com auxílio da Agência Brasileira de Inteligência, que promoverá a descrição das bases de dados, com informação suficiente para a compreensão de eventuais ressalvas quanto à sua qualidade e integridade;
- (D) Controladoria-Geral da União, com a colaboração do Tribunal de Contas da União, que promoverá a atualização periódica dos dados estruturados, de forma a garantir a perenidade dos dados, a padronização de estruturas de informação e o valor dos dados à sociedade e atender às necessidades de seus usuários;
- (E) Presidência da República, por meio da Agência Brasileira de Inteligência, que executará o Plano de Dados Abertos, o qual deverá dispor sobre mecanismos transparentes de priorização na abertura de bases de dados, que considerarão o potencial de utilização e reutilização dos dados tanto pelo governo quanto pela sociedade civil.

20

No ano de 2022, a União, por meio do Ministério do Meio Ambiente, pretende celebrar contrato administrativo, cujo objeto é a prestação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual de controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente, com determinada sociedade empresária de notória especialização, conforme especificações constantes no processo administrativo.

De acordo com a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), a contratação em tela ocorrerá mediante:

- (A) prévia e indispensável licitação, cuja modalidade será definida a partir do valor estimado do contrato;
- (B) prévia e indispensável licitação, cuja modalidade será o diálogo competitivo, pela natureza do objeto do contrato;
- (C) prévia e indispensável licitação, cuja modalidade será a concorrência, por expressa determinação legal;
- (D) dispensa de licitação, por expressa previsão e com as cautelas legais;
- (E) inexigibilidade de licitação, por expressa previsão e com as cautelas legais.

21

João exerceu o cargo de presidente da autarquia federal Alfa e, em dezembro de 2021, foi exonerado. No mês de fevereiro de 2022, João foi convidado pela sociedade empresária Beta para ocupar cargo de conselheiro e, portanto, estabelecer vínculo profissional com tal pessoa jurídica, que desempenha atividade relacionada à área de competência do anterior cargo que ocupou na autarquia Alfa.

No caso em tela, consoante dispõe a Lei nº 12.813/2013, se João aceitar a proposta em fevereiro de 2022:

- (A) não estará, a princípio, configurado conflito de interesses, salvo se fizer uso efetivo de informação privilegiada obtida em razão das atividades anteriormente exercidas;
- (B) estará configurado conflito de interesses, pois ainda não transcorreu o prazo de quarentena de dois anos, contado da data de sua exoneração, salvo quando expressamente autorizado pela Controladoria-Geral da União;
- (C) estará configurado conflito de interesses, pois ainda não transcorreu o prazo de quarentena de seis meses, contado da data de sua exoneração, salvo quando expressamente autorizado pela Comissão de Ética Pública;
- (D) estará configurado conflito de interesses, pois ainda não transcorreu o prazo de quarentena de noventa dias, contado da data de sua exoneração, salvo quando expressamente autorizado pela Controladoria-Geral da União;
- (E) não estará, a princípio, configurado conflito de interesses, salvo se a Controladoria-Geral da União, mediante regular processo administrativo, impuser quarentena específica para João, observadas as especificidades do caso e o limite máximo de impedimento de dois anos.

22

O presidente da República, no regular exercício de sua competência, editou Decreto Presidencial regulamentando determinada Lei Federal e estabelecendo que os Ministérios da Educação e da Economia deveriam editar um ato conjunto dispondo sobre certa matéria. Em seguida, os citados Ministérios editaram regularmente uma Portaria Interministerial sobre o tema. Seis meses depois, em razão da mudança do titular da pasta da educação, por entender que a portaria publicada não era mais conveniente, o novo ministro da Educação manifestou intenção de revogá-la, mas o ministro da Economia não concordou.

No caso em tela, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, por tratar a Portaria Interministerial de ato administrativo:

- (A) complexo, basta que um dos ministros competentes para editar a portaria a revogue, para que o ato deixe de existir com efeitos *ex nunc*;
- (B) complexo, sua revogação demanda a manifestação de vontade de ambos os ministros, por simetria com a própria edição do ato;
- (C) composto, basta que um dos ministros competentes para editar a portaria a revogue, para que o ato deixe de existir com efeitos *ex nunc*;
- (D) composto, basta que um dos ministros competentes para editar a portaria a revogue, para que o ato deixe de ter validade com efeitos *ex tunc*;
- (E) composto, sua revogação demanda a manifestação de vontade de ambos os ministros, por simetria com a própria edição do ato, ou apenas de um ministro, desde que não haja discordância expressa do outro legitimado para o ato.

23

Pedro é presidente de associação nacional representativa de interesses trabalhistas ligados às atividades reguladas pela agência reguladora federal Alfa. Em razão de seu positivo destaque na defesa da categoria que representa, surgiu a possibilidade de Pedro ser indicado para a Diretoria Colegiada da agência reguladora federal Alfa.

Consoante dispõe a Lei nº 9.986/2000 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é:

- (A) vedada a indicação de Pedro para o cargo pretendido, por expressa previsão legal, que é constitucional e visa prestigiar a atuação independente e tecnicamente justificada da Diretoria Colegiada imparcial, sendo os impedimentos previstos pelo legislador destinados à impessoalidade da gestão;
- (B) permitida a indicação de Pedro para o cargo pretendido, haja vista que a expressa previsão legal que veda a indicação é inconstitucional por violar o direito fundamental do livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, implicando discriminação flagrantemente inconstitucional;
- (C) permitida a indicação de Pedro para o cargo pretendido, haja vista que a expressa previsão legal que veda a indicação é inconstitucional por violar o direito fundamental no sentido de que é plena a liberdade de associação para fins lícitos, implicando discriminação flagrantemente inconstitucional;
- (D) permitida a indicação de Pedro para o cargo pretendido, haja vista que a expressa previsão legal que veda a indicação é inconstitucional por violar a garantia fundamental do servidor público civil ao direito à livre associação sindical, implicando discriminação flagrantemente inconstitucional;
- (E) vedada a indicação de Pedro para o cargo pretendido, por analogia ao impedimento dos membros da Diretoria Colegiada de exercerem atividade ou de prestarem qualquer serviço no setor regulado pela respectiva agência, por período de 12 meses, contados da exoneração ou do término de seus mandatos.

24

Em tema de controle da Administração Pública, de acordo com a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal, a inscrição de entes federados em cadastro de inadimplentes (ou outro que dê causa à negativa de realização de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres que impliquem transferência voluntária de recursos) pressupõe o respeito aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, somente reconhecido:

- I. após o julgamento de tomada de contas especial ou procedimento análogo perante o Tribunal de Contas, nos casos de descumprimento parcial ou total de convênio, prestação de contas rejeitada, ou existência de débito decorrente de ressarcimento de recursos de natureza contratual (salvo os de conta não prestada);
- II. após a devida notificação do ente faltoso e o decurso do prazo nela previsto (conforme constante em lei, regras infralegais ou em contrato), independentemente de tomada de contas especial, nos casos de não prestação de contas, não fornecimento de informações, débito decorrente de conta não prestada, ou quaisquer outras hipóteses em que incabível a tomada de contas especial;
- III. após decisão judicial determinando a citação, em execução promovida pela Fazenda Nacional, do ente federativo devedor, caracterizando sua inadimplência e tornando legítima sua inscrição em restrição junto a cadastros da União.

O(s) requisito(s) estabelecido(s) pelo Supremo Tribunal Federal está(ão) retratado(s) em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente I e II;
- (E) I, II e III.

Administração Financeira e Orçamentária

25

Em um sistema democrático, a participação na elaboração do orçamento público é uma prerrogativa do Poder Legislativo. No Brasil, essa participação é garantida na Constituição da República de 1988, que dispõe também sobre os instrumentos de planejamento e seus conteúdos.

Recentemente foram observadas alterações significativas no processo orçamentário, com destaque para as emendas impositivas ao orçamento.

Nesse contexto, à luz das regras vigentes, é correto afirmar que as emendas parlamentares individuais apresentadas à Lei Orçamentária Anual:

- (A) acentuam a fragmentação do processo de alocação de recursos;
- (B) ampliam a atuação dos órgãos de controle na aplicação dos recursos alocados;
- (C) colaboram para um atendimento mais efetivo das demandas sociais;
- (D) desenvolvem a integração com as diretrizes e os objetivos governamentais;
- (E) estimulam a coordenação programática entre as políticas públicas desenvolvidas.

26

Um servidor recém-empessoado foi designado para atuar na Secretaria de Orçamento Federal, junto à equipe responsável pela elaboração da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A chefia imediata solicitou que o servidor fizesse uma apresentação detalhada sobre a definição das metas de resultado primário (RP) e resultado nominal (RN) a serem incluídas no Anexo de Metas Fiscais da LDO do próximo exercício. Durante a apresentação, a chefia notou que o servidor apresentou alguns equívocos conceituais.

Uma das informações equivocadas que podem ter constado na apresentação feita pelo servidor é que:

- (A) a apuração do RP abrange órgãos e entidades como fundações e empresas estatais dependentes;
- (B) o RN pode ser apurado acrescentando ao RP o saldo da conta de juros;
- (C) o RP é apurado pelo confronto de receitas e despesas financeiras;
- (D) os juros a serem considerados no cálculo do RN são apurados por competência;
- (E) um RN nulo significa que o ente manteve constante o seu nível de endividamento.

27

A Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022 no âmbito da União, definiu que a Reserva de Contingência será constituída de recursos do Orçamento Fiscal, em montante equivalente a 0,2% da receita corrente líquida constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2022.

Ao avaliar a definição e a destinação dessa reserva, os técnicos da área de controle orçamentário, conforme legislação pertinente, considerarão que a Reserva de Contingência:

- (A) deve ser destinada para a cobertura de emendas parlamentares impositivas;
- (B) deve ter anulação restrita à cobertura de créditos adicionais especiais;
- (C) é limitada ao atendimento de passivos contingentes previstos na LOA;
- (D) não está sujeita à execução direta durante o exercício financeiro;
- (E) pode ser incluída em grupo de despesa de natureza corrente ou de capital.

28

Um servidor da área de controle estava analisando a Demonstração de Despesa com Pessoal de um ente público ao final de um quadrimestre para verificar eventuais irregularidades quanto a itens incluídos como despesa de pessoal. Trata-se de uma área de gastos relevante e objeto de limites periodicamente acompanhados.

Na análise feita pelo servidor, para fins de cumprimento de limite de despesa total com pessoal, um item que NÃO representa irregularidade e deve ser normalmente computado se refere a despesas:

- (A) geradas por incentivos à demissão voluntária;
- (B) decorrentes de horas extras e gratificações;
- (C) decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior;
- (D) relativas à indenização por demissão de servidores ou empregados;
- (E) com inativos e pensionistas custeadas por recursos originados de contribuições dos segurados.

29

O reconhecimento da receita pública se dá em estágios, que, para fins de controle orçamentário, tem regras próprias e gera desafios quando se considera a lógica do regime de competência, o qual é orientado para fornecer informações de natureza patrimonial.

Suponha que um órgão da estrutura de controle do Poder Executivo Federal tenha recebido a consulta de um jurisdicionado acerca dos procedimentos e estágios de reconhecimento de uma receita não prevista no orçamento, decorrente de uma doação.

Uma das orientações que deveria ser dada pelo órgão em resposta à consulta é que:

- (A) o lançamento dessa receita tem efeitos restritos à situação patrimonial do ente;
- (B) o recurso deve ser reconhecido sob a condição de isenção de contrapartida por parte do ente;
- (C) o recurso pode ser lançado como uma receita corrente, na origem transferências correntes;
- (D) por ser de natureza não tributária, essa receita não passará pelo estágio do lançamento;
- (E) por ser de natureza extraorçamentária, o recurso não passará pelos estágios da receita.

Fundamentos de Auditoria Governamental

30

Há indícios de que uma empresa privada praticou irregularidades na gestão de recursos públicos federais recebidos diretamente da Presidência da República.

No âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, a apuração dos fatos compete:

- (A) à Secretaria Federal de Controle Interno;
- (B) à Comissão de Coordenação de Controle Interno;
- (C) a nenhum dos órgãos, por se tratar de recursos geridos por agente privado;
- (D) ao órgão setorial de controle interno que integra a estrutura da Casa Civil;
- (E) ao órgão setorial de controle interno que integra a estrutura da Advocacia-Geral da União.

31

Uma equipe da Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) foi designada para efetuar trabalho de avaliação com o objetivo de verificar se as atividades desenvolvidas na Secretaria do Tesouro Nacional, referentes ao controle das operações de crédito contratadas por Estados e Municípios, obedecem às condições, às regras e aos regulamentos aplicáveis.

Trata-se de uma avaliação:

- (A) forense ou de suporte ao judiciário;
- (B) financeira ou de demonstrações contábeis;
- (C) de conformidade ou de *compliance*;
- (D) operacional ou de desempenho;
- (E) financeira e operacional.

32

Maria foi designada coordenadora de uma equipe cuja missão é conduzir um trabalho de avaliação da conformidade da contratação e execução de uma obra de grande vulto.

Compete a Maria:

- (A) selecionar auditores que detenham, coletivamente, a proficiência necessária para realizar o trabalho com êxito;
- (B) garantir que a auditoria seja realizada de acordo com as normas e práticas de auditoria aplicáveis;
- (C) aprovar o programa de trabalho e autorizar eventuais alterações;
- (D) revisar os papéis de trabalho e certificar-se de que sustentam os achados e as conclusões alcançadas pela equipe;
- (E) liderar a execução do trabalho, de forma a garantir o cumprimento do planejamento.

33

Ao planejar uma auditoria, a equipe de auditores internos elaborou uma lista dos riscos inerentes ao objeto de auditoria, avaliou esses riscos e efetuou a avaliação preliminar dos respectivos controles, tendo chegado às seguintes conclusões sobre os riscos mais relevantes:

- Risco R1: foi avaliado como muito alto e o conjunto de controles C1, relacionado a esse risco, foi considerado forte;
- Risco R2: foi avaliado como muito alto e o conjunto de controles C2, relacionado a esse risco, foi considerado fraco;
- Riscos R3, R4, R5, R6, R7, R8 e R9: foram avaliados como baixos e o conjunto de controles C3, relacionado a todos esses riscos, foi considerado forte.

Ao definir o escopo do trabalho de auditoria, havendo tempo e recursos suficientes para sua execução, a equipe deve prever, no mínimo, realização de testes de controle em relação ao(s) conjunto(s) de controles:

- (A) C1 e de procedimentos substantivos em relação aos conjuntos de controles C2 e C3;
- (B) C1 e C2 e de procedimentos substantivos em relação ao conjunto de controles C3;
- (C) C3 e de procedimentos substantivos em relação aos conjuntos de controles C1 e C2;
- (D) C1 e C3 e de procedimentos substantivos em relação ao conjunto de controles C2;
- (E) C2 e de procedimentos substantivos em relação aos conjuntos de controles C1 e C3.

34

O gestor responsável por um órgão da Administração direta vinculado ao Ministério de Minas e Energia recebeu orientações para implementar controles primários que garantam que as atividades sejam executadas de acordo com as metas e os objetivos da organização.

Tais orientações podem ser provenientes da:

- (A) Assessoria Especial de Controle Interno, na condição de segunda linha de defesa, orientando a atuação da primeira linha de defesa;
- (B) Secretaria Federal de Controle Interno, na condição de segunda linha de defesa, orientando a atuação da primeira linha de defesa;
- (C) Assessoria Especial de Controle Interno, na condição de terceira linha de defesa, orientando a atuação da primeira linha de defesa;
- (D) Secretaria de Controle Interno da Presidência da República, na condição de terceira linha de defesa, orientando a atuação da primeira linha de defesa;
- (E) Secretaria Federal de Controle Interno, na condição de terceira linha de defesa, orientando a atuação da segunda linha de defesa.

35

Durante a execução de um trabalho de avaliação, não foi possível observar algumas das diretrizes do Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, em razão de limitações operacionais. Em virtude disso, houve impactos moderados sobre os resultados da auditoria.

A equipe de auditoria deve:

- (A) suspender a execução dos trabalhos e comunicar ao responsável pela unidade auditada que não será emitido relatório;
- (B) solicitar alteração do Plano de Auditoria Interna, de modo a compatibilizá-lo com as restrições ocorridas;
- (C) reduzir o escopo do trabalho, após autorização do coordenador da equipe de auditoria;
- (D) registrar no relatório as razões e o impacto da não observância das diretrizes sobre o trabalho de avaliação e os seus resultados;
- (E) deixar de emitir opinião sobre o objeto auditado, limitando-se a relatar os procedimentos adotados na execução da auditoria.

Controladoria-Geral da União: organização, competências e sistemas estruturantes

36

Previsto na Lei Anticorrupção brasileira (Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013), o acordo de leniência é um relevante instrumento de apuração de atos lesivos praticados por pessoas jurídicas contra a Administração Pública e de obtenção de provas. No âmbito do Poder Executivo Federal, compete à Controladoria-Geral da União a sua celebração e acompanhamento.

Quanto ao tema em questão e considerando sua estrutura organizacional, é correto afirmar que compete à:

- (A) Corregedoria-Geral da União, órgão central do Sistema de Correição, realizar tratativas com as pessoas jurídicas interessadas em iniciar negociações de acordos de leniência;
- (B) Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção desenvolver e executar atividades de inteligência e de produção de informações estratégicas, inclusive por meio de investigações;
- (C) Secretaria de Combate à Corrupção supervisionar, coordenar e orientar a atuação das unidades da Controladoria-Geral da União nas negociações dos acordos de leniência;
- (D) Secretaria Federal de Controle Interno realizar análises técnicas, econômicas, contábeis e financeiras em suporte às atividades relacionadas a acordos de leniência;
- (E) Ouvidoria-Geral da União acompanhar o efetivo cumprimento das cláusulas estabelecidas nos acordos de leniência celebrados.

37

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a integridade é uma pedra fundamental da boa governança, uma condição para que todas as outras atividades do governo não só tenham confiança e legitimidade, mas também sejam efetivas.

Considerando que o Decreto nº 10.756, de 27 de julho de 2021, instituiu o Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal, compete à Controladoria-Geral da União, na condição de órgão central:

- (A) formular os planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social;
- (B) acompanhar a celebração dos acordos de leniência;
- (C) manter e aprimorar o Plano de Contas da União;
- (D) monitorar e avaliar a atuação das unidades setoriais;
- (E) formular o planejamento estratégico nacional.

38

Caio recebeu o convite no mês de outubro de 2021 para exercer o cargo em comissão de titular de unidade setorial de correição (corregedor) de um órgão público do Poder Executivo Federal. Considerando que Caio possui nível de escolaridade superior em Direito, é correto afirmar que:

- (A) não pode ser integrante da carreira de Finanças e Controle;
- (B) seu nome não precisa ser submetido previamente à apreciação do órgão central do Sistema de Correição;
- (C) caso seja nomeado, Caio disporá de um mandato de três anos, salvo disposição legal específica;
- (D) caso seja servidor da Administração Pública Federal, não serão assegurados os direitos e vantagens a que faça jus na respectiva carreira de origem no período em que exercer o cargo em questão;
- (E) pode ser ex-servidor ou ex-empregado permanente aposentado no exercício do cargo ou emprego da carreira de Finanças e Controle ou do órgão ou entidade para o qual será nomeado ou designado.

39

O Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, no regular exercício de suas atribuições, após manifestação da Corregedoria-Geral da União, avocou processo administrativo disciplinar (PAD) em curso perante um órgão do Poder Executivo Federal.

Pode-se afirmar, corretamente, que essa situação é:

- (A) inadmissível, mesmo que seja com vistas à correção de andamento;
- (B) admissível em caso de pouca relevância ou sem complexidade;
- (C) admissível em caso de inexistência de condições objetivas para sua realização no órgão de origem;
- (D) admissível apenas em razão da complexidade e relevância da matéria;
- (E) inadmissível, pois não há previsão legal para essa atuação.

40

No ano de 2020, foi realizada uma licitação com a finalidade de contratar empresa para construir a nova sede de um Tribunal Regional Federal. Após celebrado o contrato administrativo, a obra foi paralisada em razão da detecção de graves irregularidades, tendo a Presidência do Tribunal, após diligências preliminares, decidido encaminhar os autos à Controladoria-Geral da União.

Diante desse cenário, é correto afirmar que compete à Controladoria-Geral da União:

- (A) realizar uma auditoria contábil no contrato administrativo;
- (B) devolver os autos à Presidência do Tribunal;
- (C) como órgão central de controle interno, suspender imediatamente a execução do contrato administrativo;
- (D) desde que respeitados o contraditório e a ampla defesa, rescindir o contrato administrativo em questão;
- (E) como órgão central de correição, instaurar o competente processo administrativo de responsabilização (PAR) contra a empresa contratada.

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

Auditoria Governamental

41

Uma equipe da Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) é designada para conduzir trabalho de consultoria, com o objetivo de assessorar e aconselhar a alta administração quanto à implantação de um novo programa de governo sob a responsabilidade de determinada entidade do Poder Executivo Federal. Ainda no planejamento dos trabalhos, a equipe percebe que os servidores da unidade auditada não detêm conhecimentos básicos sobre governança e gerenciamento de riscos.

A equipe pode:

- (A) assumir responsabilidade sobre a gestão e seus resultados;
- (B) propor a realização de atividades de capacitação conduzidas pela UAIG;
- (C) definir o escopo e o prazo do trabalho de consultoria, deixando que a unidade auditada defina os objetivos e a natureza dos serviços;
- (D) comunicar os resultados do trabalho de consultoria à alta administração da unidade auditada e a outros interessados, a critério da equipe;
- (E) aplicar, no âmbito do trabalho de consultoria, técnicas típicas de trabalhos de apuração, de modo a averiguar atos e fatos inquinados de ilegalidade ou de irregularidade.

42

Durante o planejamento de uma auditoria, a equipe identifica que o gestor concluiu, recentemente, o mapeamento de seus processos de trabalho. Alguns desses processos fazem parte do objeto da auditoria e devem ser avaliados pela equipe quanto a sua eficácia e eficiência.

A equipe de auditoria deve:

- (A) considerar que os processos são eficazes e eficientes, tendo em conta que já foram devidamente mapeados pelo gestor responsável;
- (B) verificar se os mapas de processos foram validados pela autoridade competente e, nesse caso, aceitar que os mapas refletem a realidade;
- (C) elaborar e utilizar seus próprios mapas de processos, isentos de interferência do gestor;
- (D) propor ao supervisor a alteração do escopo da auditoria, tendo em conta que os processos já estão mapeados;
- (E) testar os fluxos e verificar se os mapas correspondem à realidade e se atendem às necessidades do trabalho de avaliação.

43

Determinada Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) tem prevista, em seu Plano de Auditoria Interna, a realização de uma avaliação de conformidade em um objeto complexo e pouco conhecido por seus auditores internos. Há na UAIG uma auditora que ingressou na unidade há seis meses e, antes disso, trabalhava na unidade auditada e auxiliava na execução das atividades compreendidas no objeto da auditoria prevista. A auditora, portanto, apesar de ser inexperiente em auditoria, sabe como os processos de trabalho são executados na unidade auditada e tem sua própria convicção sobre quais são os principais problemas naquele setor.

A auditora em questão deve:

- (A) caso seja designada para compor a equipe de auditoria, deixar de participar das reuniões com os gestores;
- (B) solicitar ao responsável pela UAIG a inclusão do seu nome na equipe de auditoria, pois detém os requisitos de proficiência necessários;
- (C) ser designada coordenadora da equipe de auditoria, pois conhece os responsáveis pelo objeto auditado, o que facilitará a comunicação;
- (D) caso não seja designada para compor a equipe de auditoria, evitar repassar aos membros da equipe seus conhecimentos sobre o objeto auditado;
- (E) caso seja designada para compor a equipe de auditoria, declarar-se impedida para o trabalho ou, em caso de dúvida, buscar orientação junto ao supervisor ou à comissão de ética.

44

A Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) considerou inadequado o ambiente de controle em um órgão do Poder Executivo Federal. O dirigente máximo do órgão contestou a conclusão da UAIG, alegando que:

- o código de ética dos servidores é disseminado e bem conhecido pelo pessoal;
 - há normas e manuais de execução para quase todas as atividades;
 - as responsabilidades estão adequadamente definidas em norma;
 - os servidores têm seu desempenho avaliado periodicamente e recebem *feedback* sobre os pontos em que precisam evoluir.
- Nesse caso, um dos motivos que levaram a UAIG a considerar inadequado o ambiente de controle pode ter sido:
- (A) controles internos insuficientes em alguns processos de trabalho;
 - (B) estilo gerencial que não valoriza a supervisão dos controles internos da gestão;
 - (C) insuficiência no alcance das metas do último exercício;
 - (D) deficiências no fluxo das informações em determinado processo de trabalho finalístico;
 - (E) existência de alguns casos de descumprimento do código de ética, os quais resultaram em aplicação de sanções.

45

Ao avaliar a conformidade de uma entidade do Poder Executivo Federal em relação aos princípios de boa governança, os auditores internos constataram deficiências em relação à *accountability*.

Tais deficiências podem se referir:

- (A) à resistência dos gestores em assumir as consequências de seus atos e omissões;
- (B) à falta de zelo na definição das estratégias e na execução das ações;
- (C) ao processo de tomada de decisão desvinculado dos valores éticos;
- (D) ao comportamento dos gestores contrário aos padrões de decência e probidade;
- (E) à indefinição quanto às competências de cada setor e de cada gestor da entidade.

46

O auditor independente aceitou conduzir um trabalho para o qual estava prevista asseguração razoável.

O auditor deve estar ciente de que:

- (A) poderá avaliar a necessidade de alteração para asseguração limitada se tiver ocorrido mal-entendido sobre a natureza do trabalho;
- (B) deverá reduzir a zero o risco do trabalho, de acordo com seu julgamento profissional;
- (C) deverá obter nível de segurança que pode variar desde um nível claramente maior que o irrelevante até um nível próximo da segurança absoluta;
- (D) poderá avaliar a necessidade de alteração para asseguração limitada se for impossível obter evidências adequadas e suficientes para formar opinião de asseguração razoável;
- (E) deverá reduzir o risco do trabalho para um nível aceitável nas circunstâncias, mas que ainda seja maior que o de um trabalho com asseguração limitada.

47

Numa auditoria de demonstrações contábeis, foi determinado que o risco de auditoria seria muito baixo. O auditor independente avaliou os riscos de distorção relevante para, em seguida, estabelecer o nível de risco de detecção aceitável.

O auditor deve ter em mente que:

- (A) controles internos eficazes contribuem para elevar o risco de controle;
- (B) controles internos eficazes podem eliminar o risco de controle;
- (C) quanto maiores forem os riscos de distorção relevante, menor será o risco de detecção;
- (D) os riscos de distorção relevante no nível da afirmação têm dois componentes: o risco inerente e o risco de auditoria;
- (E) procedimentos de auditoria bem desenhados e adequadamente aplicados contribuem para redução do risco inerente.

48

Uma entidade que constrói e opera ferrovias contratou a empresa X para avaliar seus bens imóveis. Já a empresa Y é especializada na publicação de informações sobre riscos do setor de infraestrutura e suas publicações foram consideradas pela entidade na elaboração das divulgações de risco.

O auditor considerou de grande importância os trabalhos dessas empresas para os propósitos da auditoria e, portanto, deve:

- (A) considerar que as empresas X e Y são fontes de informações externas à entidade;
- (B) considerar que a habilidade da empresa X pode ser ameaçada em decorrência de possível familiaridade com a entidade;
- (C) considerar que a localização geográfica e a disponibilidade de tempo da empresa X para execução do contrato podem reduzir sua competência;
- (D) obter entendimento do trabalho da empresa X e avaliar se as premissas e os métodos usados pela empresa são geralmente aceitos na área;
- (E) avaliar a relevância e a confiabilidade das informações obtidas da empresa X, além da competência, habilidade e objetividade da empresa Y.

49

Ao planejar a auditoria das demonstrações financeiras de uma empresa pública, o auditor, com base em seu conhecimento sobre a entidade e na natureza e extensão das distorções identificadas em auditorias anteriores, irá fixar a materialidade para execução dos testes.

O auditor deve:

- (A) fixar materialidade superior à das auditorias anteriores caso tenha expectativa de encontrar distorções maiores que as dos exercícios passados;
- (B) revisar a materialidade caso ocorra mudança nas circunstâncias durante a execução da auditoria que justifique a alteração;
- (C) fixar a materialidade em nível igual ou superior ao definido em leis ou regulamentos;
- (D) abster-se de emitir opinião caso ocorra mudança nas circunstâncias durante a execução da auditoria que torne inadequada a materialidade fixada;
- (E) buscar obter consenso com a alta administração da entidade a respeito da materialidade a ser fixada.

50

No planejamento de uma auditoria de demonstrações contábeis, o auditor está empenhado em planejar os procedimentos de auditoria em resposta aos riscos de distorção relevante no nível das afirmações. O auditor avalia que procedimentos deverá aplicar em relação aos seguintes controles, nos quais ele planeja confiar:

- Controle C1: foi avaliado como operacionalmente efetivo em auditoria realizada há cinco anos e não foi testado nas auditorias seguintes;
- Controle C2: refere-se a risco significativo e foi avaliado como operacionalmente efetivo nas auditorias dos últimos cinco exercícios; e
- Controle C3: foi implementado no exercício anterior e refere-se a risco significativo.

O auditor tem convicção de que as evidências a respeito da efetividade operacional de C1 e C2 continuam relevantes e não houve alterações significativas em nenhum dos dois controles.

O auditor deve:

- (A) testar C3 e considerar desnecessário testar C1 e C2;
- (B) testar C1 e C2 e considerar desnecessário testar C3;
- (C) testar C1 e C3 e considerar desnecessário testar C2;
- (D) testar C1, C2 e C3;
- (E) considerar desnecessário testar C1, C2 e C3.

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

51

Uma entidade do setor público apresentava os seguintes saldos em sua Demonstração dos Fluxos de Caixa, em 31/12/X2:

- Amortização de empréstimos e financiamentos que foram contraídos em X0: R\$ 200.000;
- Recebimentos de caixa pela prestação de serviços: R\$ 100.000;
- Pagamentos em caixa a fornecedores de mercadorias e serviços: R\$ 50.000;
- Recebimentos de caixa provenientes do resgate de investimento de longo prazo realizado no mercado financeiro: R\$ 140.000;
- Recebimentos de caixa decorrentes de impostos, taxas, contribuições e multas: R\$ 60.000;
- Pagamentos em caixa de anuidade em transações com seguradora: R\$ 24.000.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o fluxo de caixa líquido gerado ou consumido pela atividade operacional em X2 era de:

- (A) -R\$ 114.000;
- (B) R\$ 26.000;
- (C) R\$ 50.000;
- (D) R\$ 86.000;
- (E) R\$ 110.000.

52

De acordo com a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, ao avaliar se o pressuposto de continuidade é apropriado na elaboração das demonstrações contábeis de uma entidade do setor público, os responsáveis devem levar em consideração, como base:

- (A) a informação disponível sobre o futuro;
- (B) o patrimônio líquido dos últimos exercícios;
- (C) as demonstrações contábeis do período corrente;
- (D) as demonstrações contábeis dos períodos anteriores;
- (E) o teste de solvência e os indicadores de liquidez do período corrente.

53

Uma autarquia que presta serviços relacionados a atividades culturais é controlada de forma integral pelo Município, que apresenta Demonstrações Consolidadas.

As seguintes operações e eventos aconteceram no ano de X0 nessa autarquia:

- Receita com prestação de serviços ao Município: R\$ 300.000 a prazo;
- Receita com prestação de serviços a terceiros: R\$ 200.000 a prazo;
- Venda de um terreno ao Município, cujo valor contábil era de R\$ 50.000: R\$ 70.000 à vista;
- Compra de móveis e utensílios de terceiros: R\$ 80.000 a prazo;
- Despesas gerais com terceiros: R\$ 60.000 à vista;
- Reconhecimento de despesa de depreciação no montante de R\$ 4.000.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Município, o valor líquido das eliminações referentes às transações econômicas com a autarquia da área da cultura é de:

- (A) R\$ 70.000;
- (B) R\$ 300.000;
- (C) R\$ 320.000;
- (D) R\$ 370.000;
- (E) R\$ 400.000.

54

Uma entidade do setor público apresentava as seguintes informações, relativas ao ano de X1:

- Aquisição financiada de bens operacionais: R\$ 100.000;
- Recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de serviços: R\$ 80.000;
- Operações de crédito autorizadas no orçamento para o refinanciamento do principal da dívida mobiliária e efetivamente realizadas: R\$ 300.000;
- Variação monetária da dívida mobiliária: R\$ 50.000;
- Compromisso de adimplência de obrigação financeira assumida pela entidade: R\$ 120.000.

Considerando-se que o montante do refinanciamento do principal da dívida mobiliária em 31/12/X0 era de R\$ 500.000, o refinanciamento da dívida mobiliária em 31/12/X1 NÃO poderá exceder o seguinte montante:

- (A) R\$ 350.000;
- (B) R\$ 420.000;
- (C) R\$ 480.000;
- (D) R\$ 550.000;
- (E) R\$ 850.000.

55

Em determinado exercício, um Município diminuiu a alíquota do IPTU, o que provocou uma redução de 10% da receita arrecadada.

O Município contabilizou a renúncia da receita no momento da arrecadação.

Dado que a receita realizada é de R\$ 500.000, os lançamentos contábeis são os seguintes:

(A) No momento do reconhecimento do fato gerador:

D-Créditos Tributários a receber	R\$ 450.000
C-Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	R\$ 450.000

No momento da arrecadação:

D-Receita a realizar	R\$ 450.000
C-Receita realizada	R\$ 450.000

(B) No momento do reconhecimento do fato gerador:

D-Créditos Tributários a receber	R\$ 500.000
C-Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	R\$ 500.000

No momento da arrecadação:

D-Receita a realizar	R\$ 500.000
C-Receita realizada	R\$ 500.000

(C) No momento do reconhecimento do fato gerador:

D-Créditos Tributários a receber	R\$ 450.000
C-Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	R\$ 450.000

No momento da arrecadação:

D-Receita a realizar	R\$ 450.000
D-Dedução da Receita realizada (IPTU)	R\$ 50.000
C-Receita realizada	R\$ 500.000

(D) No momento do reconhecimento do fato gerador:

D-Créditos Tributários a receber	R\$ 450.000
D-Dedução da Receita	R\$ 50.000
C-Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	R\$ 500.000

No momento da arrecadação:

D-Receita a realizar	R\$ 500.000
C-Receita realizada	R\$ 500.000

(E) No momento do reconhecimento do fato gerador:

D-Créditos Tributários a receber	R\$ 450.000
C-Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	R\$ 450.000

No momento da arrecadação:

D-Receita a realizar	R\$ 500.000
C-Dedução da Receita realizada (IPTU)	R\$ 50.000
C-Receita realizada	R\$ 450.000

56

A Secretaria de Habitação vinculada a um Município constrói e vende habitações a preço subsidiado a seus habitantes. O prazo para conclusão das obras é de 24 meses.

Os gastos com os recursos destinados a essa construção devem ser apresentados no balanço patrimonial na seguinte conta:

- (A) imóveis para uso no ativo imobilizado;
- (B) imóveis para venda no ativo imobilizado;
- (C) estoque no ativo realizável a longo prazo;
- (D) direitos sobre uso no ativo intangível;
- (E) direitos sobre uso no ativo imobilizado.

57

Um desafio sempre presente para as organizações, públicas ou privadas, é promover uma evidenciação apropriada, que satisfaça os objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil. Esse desafio se tornou mais evidente com o processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade no âmbito do setor público, com o esforço para que a contabilidade tenha mais compromisso com a essência e menos com a forma.

Nesse contexto, um agente de controle estava avaliando um relatório de prestação de contas de um ente público, no qual foram apresentadas informações de natureza patrimonial, orçamentária e fiscal. Durante a análise, o agente verificou que um edifício em construção, com 75% das obras concluídas, não fora incluído no balanço patrimonial do ente. Porém, notas explicativas traziam informações sobre a obra em andamento, incluindo o valor alocado à construção até o final do exercício financeiro em análise.

Diante dessa constatação e à luz dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis às entidades públicas, o agente de controle avalia que:

- (A) a divulgação da política contábil de reconhecimento de obras em andamento justifica o não reconhecimento do edifício em construção;
- (B) a evidenciação do edifício em construção em notas explicativas está alinhada a regras de reconhecimento de investimentos com recursos orçamentários;
- (C) a evidenciação em notas explicativas não atenua falhas no reconhecimento de itens que satisfaçam a definição de elemento;
- (D) o não reconhecimento do edifício em construção nas demonstrações contábeis não afeta a avaliação da situação patrimonial líquida da entidade;
- (E) o relatório não contém impropriedades no reconhecimento dos elementos contábeis, uma vez que o ativo deve estar finalizado para ser reconhecido.

58

Uma das novidades da convergência aos padrões internacionais de contabilidade no âmbito do setor público é a necessidade de maior alinhamento com práticas contábeis adotadas por entidades privadas, principalmente de capital aberto.

Um procedimento que já foi normatizado para as entidades públicas refere-se ao tratamento de eventos subsequentes, que ocorrem entre a data das demonstrações contábeis e a data de autorização da divulgação dessas demonstrações. A depender da sua natureza, tais eventos podem implicar ajustes nas demonstrações contábeis em vias de publicação.

Ao avaliar as notas explicativas das demonstrações contábeis de uma entidade para um dado exercício, um agente de controle observou referências a três situações:

I. apuração de redução do valor de propriedade da entidade, avaliada a valor justo, ocorrida após a data das demonstrações contábeis, em decorrência de desabamentos que comprometeram a estrutura de imóveis da região;

II. notificação, após a data das demonstrações contábeis, de que um percentual da receita arrecadada pela entidade durante o exercício deveria ser transferido a outro ente em decorrência de compartilhamento de plataforma de controle de lançamentos tributários durante o exercício;

III. recebimento de notificação de abertura de processo judicial, após a data das demonstrações contábeis, com perda provável já ocorrida em processos com objetos semelhantes.

Considerando que as situações elencadas ocorreram antes da data de autorização da divulgação das demonstrações contábeis, o agente de controle deve verificar a realização de ajustes às demonstrações contábeis na(s) situação(ões):

- (A) I;
- (B) II;
- (C) I e III;
- (D) II e III;
- (E) I, II e III.

59

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é um instrumento relevante de transparência na gestão fiscal e deve ser elaborado e analisado cuidadosamente para dar suporte a decisões de gestores e agentes de controle.

Um dos anexos do RGF tem o objetivo de assegurar a transparência das operações de crédito contraídas pelo ente federativo, além de verificar os limites fiscais aplicáveis.

Ao analisar a adequação do conteúdo do Demonstrativo das Operações de Crédito de um ente federativo, um agente de controle deve considerar que:

- (A) as operações de crédito e as operações a elas equiparadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) podem transcender a anualidade do orçamento público;
- (B) as operações de crédito por antecipação de receita (ARO) são suprimidas do demonstrativo de operações de crédito;
- (C) o demonstrativo se restringe às operações de crédito realizadas pelo ente que envolverem o ingresso de receitas orçamentárias nos cofres públicos;
- (D) os valores relativos ao reconhecimento ou à confissão de dívidas não se equiparam a operações de crédito para fins de cumprimento de limite;
- (E) todas as operações de crédito evidenciadas no demonstrativo são computadas para apuração dos limites de operações de crédito.

60

Uma entidade pública adquiriu um equipamento em dezembro de 20X0 pelo valor de R\$ 400.000, que entrou em operação em 01/01/20X1. A entidade adota como política de depreciação o modelo da linha reta e, para este equipamento, foi estimada uma vida útil de doze anos, com valor residual de 2,5% do valor de aquisição.

Em 01/12/20X5, a entidade constituiu uma comissão para revisar a vida útil de alguns equipamentos, a partir da análise do manual do fabricante e relatórios de operação.

Em 02/01/20X6, a comissão apurou que, após cinco anos de operação, a vida útil remanescente do equipamento citado era de dez anos e o valor residual era de R\$ 12.000.

Após essas apurações, o contador da entidade pública detentora do equipamento deverá:

- (A) ajustar os efeitos da mudança no padrão de depreciação do equipamento de forma cumulativa no exercício em que a nova vida útil foi apurada;
- (B) proceder ajustes retrospectivos das demonstrações contábeis, até onde for praticável, pela nova cota anual de depreciação;
- (C) reconhecer a nova cota anual de depreciação no valor de R\$ 23.750, de forma prospectiva;
- (D) reconhecer a nova cota anual de depreciação, no valor de R\$ 22.550, de forma prospectiva;
- (E) retificar de forma retrospectiva a nova cota anual de depreciação no valor de R\$ 21.550.

Análise de Demonstrações Financeiras

61

Uma entidade apresentava os seguintes indicadores de liquidez em X0 e em X1:

	X0	X1
Liquidez Imediata	0,5	0,5
Liquidez Corrente	1,1	1,1
Liquidez Geral	1,4	0,7

O seguinte fato pode explicar a variação dos indicadores:

- (A) compra de estoque à vista;
- (B) venda à vista de estoque com lucro;
- (C) compra de ativo imobilizado para pagamento em dois anos;
- (D) contração de empréstimo bancário para pagamento em três anos;
- (E) compra de terreno para valorização para pagamento em seis meses.

62

Em 31/12/X0, a entidade A apresentava o seguinte balanço patrimonial:

Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Caixa	10.000	Fornecedores	8.000
Estoques	12.000		
Ativo Não Circulante - Imobilizado			
Terreno	20.000	Capital Social	34.000
Total	42.000	Total	42.000

Em 02/01/X1, a entidade A fez uma cisão parcial, originando a entidade B.

Na data da cisão:

- o saldo do caixa foi dividido igualmente entre as duas entidades;
- a entidade A recebeu o saldo integral do estoque e a entidade B recebeu o terreno;
- a entidade B ficou responsável por toda a dívida com os fornecedores.

Em relação à análise vertical das duas entidades após a cisão, é correto afirmar que:

- (A) na entidade A, o caixa corresponde a 45% do ativo total;
 (B) na entidade B, o caixa corresponde a 20% do ativo total;
 (C) na entidade A, o estoque corresponde a 48% do ativo total;
 (D) na entidade B, os fornecedores correspondem a 47% do ativo total;
 (E) nas entidades A e B, o patrimônio líquido corresponde a 100% do ativo total.

63

Em 31/12/X0, uma sociedade empresária apresentava o seguinte balanço patrimonial:

Ativo			
Ativo Circulante	50.000		
Caixa	50.000		
Ativo Não Circulante	80.000	Patrimônio Líquido	130.000
Imobilizado			
Terrenos	80.000		
Ativo Total	130.000	PL Total	130.000

Em 02/04/X1, a sociedade empresária comprou computadores para serem utilizados em seu negócio por R\$ 24.000 à vista. A sociedade empresária esperava utilizar os computadores durante três anos e doá-los ao final desse prazo. Além disso, contraiu um empréstimo bancário com vencimento em dois anos no valor de R\$ 50.000.

Em 31/12/X1, a sociedade empresária fez um teste de recuperabilidade de seus ativos. Foi constatado que os terrenos apresentavam valor justo líquido de despesas de venda de R\$ 100.000 e valor em uso de R\$ 70.000. Já os computadores tinham valor justo líquido de despesas de venda de R\$ 15.000 e valor em uso de R\$ 17.000. Ainda, a sociedade empresária incorreu e pagou juros sobre o empréstimo no valor total de R\$ 2.000.

Em 31/12/X1, o grau de imobilização do patrimônio líquido da sociedade empresária correspondia ao seguinte percentual:

- (A) 56,73%;
 (B) 70,18%;
 (C) 77,98%;
 (D) 78,69%;
 (E) 80,17%.

64

Em 31/12/X0, uma entidade apresentava o seguinte balanço patrimonial:

Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	300.000	Passivo Circulante	100.000
		Fornecedores	100.000
Caixa	300.000	Patrimônio Líquido	200.000
Ativo Total	300.000	PL Total	300.000

Em 01/01/X1, a entidade pagou dois anos de aluguel antecipado no valor de R\$ 120.000.

O fato traz os seguintes efeitos nos indicadores de liquidez e de endividamento da entidade:

- (A) a liquidez geral e a composição do endividamento diminuiram;
 (B) a liquidez imediata e a liquidez corrente diminuiram;
 (C) o endividamento geral e a composição do endividamento aumentaram;
 (D) a liquidez imediata e o endividamento geral aumentaram;
 (E) a liquidez geral e a composição do endividamento aumentaram.

65

Em geral, a estrutura de uma demonstração contábil contém informações, em um nível de detalhamento relevante, para atingir os objetivos da demonstração.

Tendo em vista a ampliação da compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários, estas são complementadas por informações adicionais dispostas em notas explicativas.

O Balanço Orçamentário de uma entidade pública, ao final de um dado exercício, apresentou déficit orçamentário expressivo, decorrente do volume de despesas executadas significativamente superior às receitas arrecadadas. Esse fato, em princípio, pode representar uma irregularidade.

Uma informação que pode ser apresentada em nota explicativa pela entidade para auxiliar na análise e compreensão desse cenário se refere a:

- (A) detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos orçamentários (inicial, suplementar, especial e extraordinário);
 (B) diretrizes e políticas de gestão do risco financeiro definidas no contexto operacional da entidade;
 (C) informações por segmento, com detalhamento das áreas de execução das despesas e suas respectivas fontes de recursos;
 (D) natureza da entidade como agente não arrecadador, mas executor de despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos;
 (E) natureza e valor contábil de receitas e despesas realizadas no período pela entidade, que foram sujeitas a estimativas.

Estatística

66

Suponha que o preço de um determinado ativo no tempo t é dado pela seguinte fórmula $p_t = p_0 \exp(\mu t + \sigma \sqrt{t} Z)$, onde \exp é a função exponencial, μ e σ são constantes e Z tem a distribuição normal padrão (com média 0 e variância 1).

Para valores $p_0=100$, $\mu=0,1$, $\sigma=0,5$, e denotando a função de distribuição acumulada da normal padrão por Φ , a probabilidade de $p_t > 50$ para $t=1$ corresponde a:

- (A) $\Phi\left(\frac{\log(1/2) - 0,1}{0,5}\right)$;
- (B) $\Phi(2 \log 2 + 0,2)$;
- (C) $\Phi(-2 \log 2 - 0,2)$;
- (D) $\Phi\left(\frac{\log(2) - 0,1}{0,5}\right)$;
- (E) $\Phi\left(\frac{\log(1/2) + 0,1}{0,5}\right)$.

67

Denote o preço de um determinado ativo no instante t_i por p_i , para $i=1, \dots, n$, e assuma que a sua dinâmica pode ser escrita da seguinte forma $p_i = p_{i-1} \exp(\mu + \epsilon_i)$, onde μ é um parâmetro desconhecido e (ϵ_i) é uma sequência independente e identicamente distribuída da normal com média 0 e variância 1.

A média amostral de p_1, p_2, \dots, p_n é denotada por \bar{p} . Suponha que queiramos testar se $\mu=0$ contra a alternativa $\mu \neq 0$.

O teste adequado e o valor da sua estatística de teste são:

- (A) Teste Z com estatística de teste \bar{p} ;
- (B) Teste T com estatística de teste $\sqrt{n} \bar{p}$;
- (C) Teste Z com estatística de teste $(\log p_n - \log p_0) / \sqrt{n}$;
- (D) Teste T com estatística de teste $\sqrt{n} (\log p_n - \log p_0)$;
- (E) Teste Z com estatística de teste $p_n - p_0$.

68

Um modelo muito utilizado para explicar o retorno de um ativo é o CAPM (*Capital Asset Pricing Model*). Esse modelo afirma que o excesso de retorno do ativo em relação ao ativo livre de risco é proporcional, em média, ao excesso de retorno do mercado, novamente em relação ao ativo livre de risco. Se denotarmos o retorno do ativo na data t_i por R_i , o retorno do mercado na data t_i por M_i e o retorno do ativo livre de risco por R_f (assumido constante no tempo), então o CAPM pode ser escrito como

$$R_i - R_f = \beta (M_i - R_f) + \epsilon_i,$$

onde os resíduos ϵ_i são assumidos independentes e identicamente distribuídos com média 0 e variância σ^2 . Observamos retornos conforme a tabela a seguir.

i	R_i	M_i
1	0,1	0,2
2	0,0	-0,1
3	-0,1	-0,2
4	0,3	0,0
5	0,2	0,1

Note que as médias amostrais de R e M são $\bar{R} = 0,1$ e $\bar{M} = 0,0$, e as variâncias amostrais de R e M são ambas 0,025.

Assumindo-se o modelo CAPM e $R_f = 5\%$, se a média do excesso de retorno para o mercado é 10%, a estimativa da média do excesso de retorno para o ativo é de:

- (A) 1,5%;
- (B) 6%;
- (C) 8%;
- (D) 10%;
- (E) 60%.

69

Um analista da CGU gostaria de estimar a quantidade média de processos administrativos contra um certo ente federativo com 95% de confiança. Assuma que o desvio padrão é conhecido e é igual a cinco processos. A margem de erro aceita é 0,25.

O menor tamanho amostral que o analista deve usar é:

- (A) 30;
- (B) 1.500;
- (C) 1.535;
- (D) 1.536;
- (E) 1.537.

70

O ativo A está gerando grande atração de matemáticos, que conseguiram convencer a bolsa de valores a registrar preços baseados em quantidades pouco usuais, como $\sqrt{2}$ e π . Durante cinco dias foram observados os seguintes preços de dois ativos, A e B, respectivamente:

$$\left(\sqrt{2}; \frac{\pi}{2}; 1; \frac{1}{3}; \frac{1}{6}\right) \text{ e } (100,30; 400,18; 207,01; 508,00; 912,11)$$

Considerando esses valores, sobre a média e a variância dos retornos durante esses cinco dias, é correto afirmar que:

- (A) os retornos do ativo A têm maior média e maior variância;
- (B) os retornos do ativo A têm maior média e menor variância;
- (C) os retornos do ativo A têm menor média e maior variância;
- (D) os retornos do ativo A têm menor média e menor variância;
- (E) a média e a variância dos retornos dos dois ativos são iguais.

Finanças

71

Uma sociedade empresária está analisando a viabilidade econômico-financeira de um projeto de investimento que apresenta vida útil de sete anos. O critério principal para tomada de decisão é o Valor Presente Líquido (VPL). Foi calculado o *payback* nominal do seu fluxo de caixa e o resultado encontrado foi de cinco anos.

Sendo assim, é correto afirmar que o projeto:

- (A) é viável, pois recupera todo o capital investido assim como seu custo de oportunidade;
- (B) é viável, pois todos os demais critérios de análise confirmarão sua viabilidade;
- (C) não é viável, pois o *payback* nominal está muito próximo da vida útil;
- (D) não é viável, pois o *payback* nominal não considera o custo de capital;
- (E) pode ser viável ou não, a depender da taxa mínima de atratividade do projeto.

72

Uma organização está avaliando um projeto de investimento que apresenta um fluxo de caixa convencional que será descontado por uma certa Taxa Mínima de Atratividade (TMA). O Valor Presente Líquido (VPL) encontrado foi zero. Ao rever o projeto, identificou-se que o investimento inicial estava subdimensionado e a TMA estava superdimensionada.

Ao recalcular o VPL do projeto com esses ajustes, sabendo-se que a nova TMA é diferente da Taxa Interna de Retorno (TIR) do fluxo de caixa ajustado do projeto, o novo VPL encontrado:

- (A) aumentou;
- (B) permaneceu igual;
- (C) diminuiu;
- (D) permaneceu igual ou diminuiu;
- (E) aumentou ou diminuiu.

73

Uma sociedade empresária, que utiliza capital de terceiros proveniente de bancos, projeta o fluxo de caixa livre ao acionista que deverá ser gerado por meio de um investimento que visa a trocar um ativo imobilizado por outro mais produtivo.

Para o cálculo correto do Valor Presente Líquido (VPL) desse projeto, a sociedade empresária deverá descontar esses fluxos futuros pelo(a):

- (A) custo médio ponderado de capital;
- (B) custo de capital de terceiros;
- (C) custo de capital próprio;
- (D) depreciação;
- (E) inflação.

74

Uma sociedade empresária precisa decidir pela aprovação de um dentre dois projetos mutuamente excludentes denominados "A" e "B".

A equipe responsável calcula a Taxa Interna de Retorno (TIR) de cada projeto e, apesar de serem diferentes entre si, ambas as TIR são superiores à taxa de desconto utilizada para o cálculo do Valor Presente Líquido (VPL).

Sabendo-se que a TIR de "A" é menor que a TIR de "B", é correto afirmar que:

- (A) ambos os projetos possuem VPL positivo e $VPL "B" > VPL "A"$;
- (B) ambos os projetos possuem VPL positivo e VPL "B" pode ser maior, igual ou menor que VPL "A";
- (C) o projeto "B" apresenta VPL positivo, ao contrário do projeto "A";
- (D) o projeto "A" apresenta VPL positivo, ao contrário do projeto "B";
- (E) ambos os projetos possuem VPL negativo e $VPL "B" > VPL "A"$.

75

Um analista experiente avaliou uma sociedade empresária pelo método de fluxo de caixa descontado e, após o *valuation*, foram encontrados os seguintes valores: *Enterprise Value* (Valor Operacional) de R\$ 200 milhões referente aos fluxos de caixa esperados para os próximos cinco anos, *Enterprise Value* (Valor Operacional) de R\$ 180 milhões referente aos fluxos de caixa estimados para os anos seguintes ao quinto ano em regime de perpetuidade, Disponibilidades de R\$ 30 milhões e Dívida financeira bruta de R\$ 110 milhões. A sociedade empresária possui 15 milhões de ações. A ação está cotada na bolsa de valores a R\$ 22,00.

Sendo assim, o mercado está precificando a ação em:

- (A) 5% acima do valor encontrado pelo analista;
- (B) 10% acima do valor encontrado pelo analista;
- (C) 15% acima do valor encontrado pelo analista;
- (D) 20% acima do valor encontrado pelo analista;
- (E) 25% acima do valor encontrado pelo analista.

76

Duas sociedades empresárias Y e Z divulgaram seus relatórios contábeis de 31/12/2021 e neles podem ser calculados os respectivos índices de liquidez corrente (ILC). A sociedade empresária Y apresentou ILC igual ao da sociedade empresária Z. Dessa maneira, é correto afirmar que ambas possuem o(a) mesmo(a):

- (A) índice de liquidez seca;
- (B) índice de liquidez imediata;
- (C) índice de liquidez geral;
- (D) proporção entre ativo circulante e passivo circulante;
- (E) necessidade de capital de giro operacional líquido.

77

Os donos de uma sociedade empresária gostariam de saber e entender melhor a rentabilidade do patrimônio líquido da sociedade empresária (também conhecido como *Return On Equity* - ROE) da qual são proprietários e, para tanto, solicitaram uma análise para os gestores da organização. Estes informaram que, no ano em análise, a sociedade empresária apresentou 10% de margem líquida, giro dos ativos igual a 0,5 vez, R\$ 200 milhões em ativo total médio, R\$ 50 milhões em patrimônio líquido médio e que o multiplicador de alavancagem financeira do benchmark do setor é igual a 2 vezes.

Logo, é correto concluir que a sociedade empresária apresenta:

- (A) ROE = 10% e está menos alavancada que o benchmark;
- (B) ROE = 20% e está menos alavancada que o benchmark;
- (C) ROE = 20% e está mais alavancada que o benchmark;
- (D) ROE = 40% e está menos alavancada que o benchmark;
- (E) ROE = 40% e está mais alavancada que o benchmark.

78

Uma sociedade empresária apresentou, a partir dos dados financeiros divulgados referentes ao ano de 2021, um *Economic Value Added* (EVA) negativo.

Sendo assim, é correto afirmar que neste mesmo ano ela apresentou:

- (A) despesas superiores a receitas na DRE;
- (B) EBIT negativo;
- (C) EBIT positivo;
- (D) EBITDA negativo;
- (E) custo do capital superior ao NOPAT.

79

Um analista deseja calcular o custo de capital próprio de uma sociedade empresária e, para tanto, decidiu fazer uso do modelo de precificação de ativos conhecido como CAPM. Ele precisou usar o coeficiente beta de 1,5 da sociedade empresária, assim como o retorno do ativo livre de risco de 10% a.a. e um retorno esperado de mercado de 17% a.a.

Sendo assim, ele pôde constatar que o beta da sociedade empresária representa o:

- (A) risco específico da sociedade empresária e o CAPM apresentou como resultado um custo de 20,5% a.a.;
- (B) risco específico da sociedade empresária e o CAPM apresentou como resultado um custo de 25,5% a.a.;
- (C) risco específico da sociedade empresária e o CAPM apresentou como resultado um custo de 35,5% a.a.;
- (D) risco sistemático da sociedade empresária e o CAPM apresentou como resultado um custo de 20,5% a.a.;
- (E) risco sistemático da sociedade empresária e o CAPM apresentou como resultado um custo de 25,5% a.a.

80

Uma sociedade empresária apresenta despesas de depreciação e de amortização em sua DRE. Um analista, ao analisar tal relatório, calcula seu EBIT e seu EBITDA, encontrando o EBIT maior que o EBITDA.

Nesse caso, é correto afirmar que o analista:

- (A) pode ter acertado os cálculos, pois $EBITDA = EBIT + D + A$;
- (B) pode ter acertado os cálculos, pois EBIT é sempre maior que EBITDA;
- (C) acertou os cálculos, pois $EBITDA = EBIT + D + A$;
- (D) errou algum cálculo, pois EBITDA mede fluxo de caixa;
- (E) errou algum cálculo, pois o EBITDA é certamente maior que o EBIT.

Realização

